



**COMPRAS**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Impressão: 19/06/2026

Hora: 15:57:44

**PEDIDO DE COMPRA: 000214 / 2026**  
**EMIÇÃO: 24/04/2026**  
**SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**

**Objetivo:** Oxigênio para abastecer as unidades e ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA.

**Justificativa:** As Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os vários setores que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA realizam diversas modalidades de atendimentos e serviços aos pacientes que buscam estas UBS e setores. Alguns destes atendimentos e serviços compreendem a atenção para pacientes que possuem dificuldades respiratórias ou patologias que possam ocasionar manifestações respiratórias importantes. Da mesma forma, as ambulâncias que compõem a frota de veículos da SEMSA, responsável por transportar pacientes para internações em unidades hospitalares tanto dentro quanto fora da área do município de São Luiz Gonzaga, muitas vezes em situações de urgência/emergência. Para que estes pacientes possam enfrentar esses trajetos da forma mais segura possível, é importante que estas ambulâncias estejam devidamente equipadas para garantir a segurança e a saúde destes pacientes durante estes trajetos. Tendo-se em conta estas questões, é vital que as UBS, setores e ambulâncias da SEMSA possuam unidades de oxigênio medicinal a disposição, de modo a atender as necessidades dos pacientes e garantir a saúde dos mesmos.

### DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gás oxigênio medicinal, de forma parcelada, visando atender as demandas contínuas e emergenciais das unidades de saúde, SAMU e das ambulâncias utilizadas no transporte de pacientes do Município de São Luiz Gonzaga.

Conforme disposição Decreto Municipal Nº 6.872/2022, o prazo de vigência do registro de preços será de 1 (hum) ano e seu quantitativo originalmente registrado poderá ser prorrogado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

- Manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto Nº 6.871, de 27 de dezembro de 2022;
- Haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);
- A prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência.

Neste sentido, se a empresa beneficiária da ata está cumprindo com suas obrigações (prazo, quantidades e qualidade do bem registrado) e o preço registrado se mantém vantajoso, a prorrogação da vigência da ata com a renovação das quantidades por mais um ano, pode acarretar benefícios significativos à Administração. Tais como:

1. Economia processual, tendo em vista a desnecessidade de abrir anualmente novo processo administrativo de contratação;
2. Redução potencial dos preços unitários registrados, diante dos efeitos da economia de escala;
3. Mitigação do risco de licitar novamente e contratar uma empresa que não cumpra as obrigações, gerando prejuízos à Administração.

### CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT MINIMA	QUANT MAXIMA
01	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 0,5M <sup>3</sup>	10	100
02	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 1M <sup>3</sup>	10	100
03	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 2,5M <sup>3</sup>	10	100
04	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 3M <sup>3</sup>	10	100



## **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os vários setores que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA realizam diversas modalidades de atendimentos e serviços aos pacientes que buscam estas UBS e setores. Alguns destes atendimentos e serviços compreendem a atenção para pacientes que possuem dificuldades respiratórias ou patologias que possam ocasionar manifestações respiratórias importantes.

Estes pacientes podem necessitar de atendimento especializado durante os serviços prestados, muitas vezes necessitando de oxigênio medicinal para garantir seu estado de saúde, agravado por suas condições físicas. Diante de tais situações, as UBS e setores devem dispor de oxigênio para ofertar a estes pacientes, garantindo suas condições mínimas de saúde.

Da mesma forma, as ambulâncias que compõem a frota de veículos da SEMSA, responsável por transportar pacientes para internações em unidades hospitalares tanto dentro quanto fora da área do município de São Luiz Gonzaga, muitas vezes em situações de urgência/emergência. Para que estes pacientes possam enfrentar esses trajetos da forma mais segura possível, é importante que estas ambulâncias estejam devidamente equipadas para garantir a segurança e a saúde destes pacientes durante estes trajetos.

Ambulâncias equipadas com cargas de oxigênio medicinal garantem que os pacientes que deverão ser transportados nestes veículos terão garantida suas condições mínimas de saúde e que poderão chegar as unidades hospitalares de destino em condições adequadas para serem atendidos corretamente.

A última contratação destes materiais foi realizada no ano de 2024, através de processo de Registro de Preços, que cobriu as necessidades da SEMSA até o final de 2025.

Tendo-se em conta estas questões, é vital que as UBS, setores e ambulâncias da SEMSA possuam unidades de oxigênio medicinal a disposição, de modo a atender as necessidades dos pacientes e garantir a saúde dos mesmos. Assim sendo, optou-se por realizar este processo de Registro de Preços, de modo a garantir o fornecimento de oxigênio para os pacientes.

## **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Após análise das alternativas disponíveis para suprimento de oxigênio medicinal, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento do produto constitui a solução mais adequada ao interesse público, em razão da economicidade, da disponibilidade imediata, da ausência de necessidade de investimentos significativos em infraestrutura própria e da garantia de fornecimento contínuo por empresa tecnicamente habilitada. A medida permite ao Município concentrar seus recursos financeiros e administrativos na prestação dos serviços de saúde, assegurando o atendimento seguro e ininterrupto da população usuária da rede pública municipal.

A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, adotando-se a participação em ampla concorrência, tendo em vista que a pesquisa de mercado realizada pela Administração demonstrou a inexistência, ou a existência em número insuficiente, de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) aptas a fornecer o objeto pretendido.

As consultas efetuadas junto ao mercado (mapa compativo de preços anexo) revelaram que os potenciais fornecedores são, em sua maioria, empresas de médio e grande porte, circunstância que inviabiliza a restrição da disputa exclusivamente às ME e EPP, sob pena de comprometimento da competitividade do certame e do risco de restar deserto ou fracassado.

Assim, a adoção da ampla concorrência observa os princípios da competitividade, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a participação do maior número possível de licitantes e aumentando a probabilidade de obtenção de melhores condições de contratação.

## **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os materiais a serem adquiridos têm natureza de materiais comuns, tendo em vista que seus padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do Art. 6º, Inciso XIII, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

A aquisição destes instrumentais será realizada por meio de licitação, na modalidade Registro de Preços, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos Artigos 82 a 86 da Lei Federal Nº 14.133/2021 e conforme Decreto Nº 11.462/2023.



**COMPRAS**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Impressão: 19/06/2026

Hora: 15:57:44

---

**CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:**

ITEM 01 Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 0,5M<sup>3</sup>

ITEM 02 Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 1M<sup>3</sup>

ITEM 03 Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 2,5M<sup>3</sup>

ITEM 04 Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 3M<sup>3</sup>

Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte;

Todos os cilindros deverão estar em perfeito estado de conservação, devendo ser entregues com as mesmas características e tamanho, cheios, lacrados, sob pena de devolução;

A carga e descarga dos cilindros somente poderão ser realizadas por pessoal capacitado, usando os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, disponibilizados pela futura contratada, garantindo a segurança total do procedimento e dos profissionais envolvidos;

A contratada deve atender a todas as medidas de segurança necessárias ao manuseio dos equipamentos.

Os cilindros devem ser estivados nos veículos de maneira que não possam se deslocar, cair ou tombar;

Quando da entrega e retirada dos cilindros um funcionário do contratado deverá acompanhar o procedimento.

**PRAZO, LOCAL E FORMA**

O fornecimento do objeto contratado se dará conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE. A entrega DEVERÁ ocorrer na sede da SEMSA na Rua Fernando Machado, nº 2899, Bairro Agrícola - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97.800-000.

Caso o Setor Administrativo da SEMSA considerar viável, um contrato administrativo poderá ser elaborado junto a empresa vencedora, de modo a garantir a entrega dos materiais de forma mais regular. Este contrato terá a validade de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período, respeitando o prazo máximo decenal, conforme Art. 107 da Lei Federal Nº 14133/2021.

Conforme disposição Decreto Municipal Nº 6.872/2022, o prazo de vigência do registro de preços será de 1 (hum) ano e seu quantitativo originalmente registrado poderá ser prorrogado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

- Manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto Nº 6.871, de 27 de dezembro de 2022;
- Haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);
- A prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência.

Neste sentido, se a empresa beneficiária da ata está cumprindo com suas obrigações (prazo, quantidades e qualidade do bem registrado) e o preço registrado se mantém vantajoso, a prorrogação da vigência da ata com a renovação das quantidades por mais um ano, pode acarretar benefícios significativos à Administração. Tais como:

1. Economia processual, tendo em vista a desnecessidade de abrir anualmente novo processo administrativo de contratação;
2. Redução potencial dos preços unitários registrados, diante dos efeitos da economia de escala;
3. Mitigação do risco de licitar novamente e contratar uma empresa que não cumpra as obrigações, gerando prejuízos à Administração.

**PAGAMENTOS:** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e



**COMPRAS**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Impressão: 19/06/2026

Hora: 15:57:44

devidamente assinado pelo fiscal do contrato. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. O documento fiscal deverá ser acompanhado de cópia do comprovante de pagamento do ISSQN.

**DOCUMENTOS:** Para a oferta dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei Federal Nº 14.133/2021:

Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

Documentos Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Federal (Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Seguridade Social);
- d) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Municipal (domicílio ou sede da licitante);
- f) Certidão que prove a regularidade com e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e concordata, ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Documento Relativo ao Cumprimento ao Disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas:

- a) Declaração de que a licitante observa o disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República, que versa sobre a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de dezoito, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos ficando ciente que a infração importará em cláusula de rescisão de contrato.
- b) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943. – Certidão gratuita, expedida mediante acesso as páginas: <http://www.tst.jus.br> ou <http://www.csjt.jus.br>.

Documentos relativos à Qualificação Técnica:

- a) Licença sanitária válida para comercialização de produtos correlatos/produtos para a saúde, bem como para fabricar, armazenar e transportar gases medicinais, expedida pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal do domicílio da licitante;
- b) Autorização de Funcionamento (AFE) para gases medicinais expedida pela ANVISA relativa à fabricação/envase de gases medicinais. Se a participante for apenas distribuidora de gases medicinais, deverá apresentar AFE – Autorização de Funcionamento, pertinente à empresa fabricante/embaladora, acompanhada do contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com firma reconhecida e de declaração do fabricante/embaladora autorizando a distribuidora a dispor/utilizar de seus documentos em processos licitatórios;
- c) Licença Ambiental, plenamente válida;
- d) Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), emitido pelo IBAMA, contendo os códigos 18-1, que autoriza o transporte de cargas perigosas e 18-7, que autoriza o comércio de produtos químicos e perigosos.

**OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**



## COMPRAS

### TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 19/06/2026

Hora: 15:57:44

São obrigações do CONTRATANTE: Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos; Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

#### OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA: Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990); Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos; Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados; Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

#### SANÇÕES:

O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I- dar causa à inexecução parcial do contrato; II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III- dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; IX - praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do contrato; XII praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: I- advertência; II multa; III- impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021). O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na dispensa ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, Inciso IV, da Lei Nº 14.133, de 2021).





## MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento do objeto contratado se dará conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE. A entrega DEVERÁ ocorrer na sede da SEMSA na Rua Fernando Machado, nº 2899, Bairro Agrícola - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97.800-000.

Caso o Setor Administrativo da SEMSA considerar viável, um contrato administrativo poderá ser elaborado junto a empresa vencedora, de modo a garantir a entrega dos materiais de forma mais regular. Este contrato terá a validade de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período, respeitando o prazo máximo decenal, conforme Art. 107 da Lei Federal Nº 14133/2021.

Conforme disposição Decreto Municipal Nº 6.872/2022, o prazo de vigência do registro de preços será de 1 (hum) ano e seu quantitativo originalmente registrado poderá ser prorrogado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

- Manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto Nº 6.871, de 27 de dezembro de 2022;

- Haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);

- A prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência.

Neste sentido, se a empresa beneficiária da ata está cumprindo com suas obrigações (prazo, quantidades e qualidade do bem registrado) e o preço registrado se mantém vantajoso, a prorrogação da vigência da ata com a renovação das quantidades por mais um ano, pode acarretar benefícios significativos à Administração. Tais como:

1. Economia processual, tendo em vista a desnecessidade de abrir anualmente novo processo administrativo de contratação;
2. Redução potencial dos preços unitários registrados, diante dos efeitos da economia de escala;
3. Mitigação do risco de licitar novamente e contratar uma empresa que não cumpra as obrigações, gerando prejuízos à Administração.

Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte;

Todos os cilindros deverão estar em perfeito estado de conservação, devendo ser entregues com as mesmas características e tamanho, cheios, lacrados, sob pena de devolução;

A carga e descarga dos cilindros somente poderão ser realizadas por pessoal capacitado, usando os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, disponibilizados pela futura contratada, garantindo a segurança total do procedimento e dos profissionais envolvidos;

A contratada deve atender a todas as medidas de segurança necessárias ao manuseio dos equipamentos.

Os cilindros devem ser estivados nos veículos de maneira que não possam se deslocar, cair ou tombar;

Quando da entrega e retirada dos cilindros um funcionário do contratado deverá acompanhar o procedimento.

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 6.910/2023, que "Regulamenta as funções dos Agentes de Contratação, das Equipes de Apoio e da Comissão de Contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e da Lei Nº 6.544, de 19 de



**COMPRAS**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Impressão: 19/06/2026

Hora: 15:57:44

janeiro de 2023”.

A Gestora do Contrato será a Secretária de Saúde Clari Ramborger.

Os Fiscais do Contrato, serão os servidores Odair Fenner Barwaldt- Matrícula N° 4010 (Titular) e Silvano Silva Miranda- Matrícula N° 4305 (Suplente).

### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos pelos materiais adquiridos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda- SEMFA, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento.

### FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto anteriormente, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Registro de Preços, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei Federal N° 14.133/2021 e conforme Decreto N° 11.462/2023.

A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, adotando-se a participação em ampla concorrência, tendo em vista que a pesquisa de mercado realizada pela Administração demonstrou a inexistência, ou a existência em número insuficiente, de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) aptas a fornecer o objeto pretendido.

As consultas efetuadas junto ao mercado (mapa compativo de preços anexo) revelaram que os potenciais fornecedores são, em sua maioria, empresas de médio e grande porte, circunstância que inviabiliza a restrição da disputa exclusivamente às ME e EPP, sob pena de comprometimento da competitividade do certame e do risco de restar deserto ou fracassado.

Assim, a adoção da ampla concorrência observa os princípios da competitividade, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a participação do maior número possível de licitantes e aumentando a probabilidade de obtenção de melhores condições de contratação.

### ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 61.071,00 (sessenta e um mil, com setenta e um reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT MINIMA	QUANT MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 0,5M³	10	100	R\$ 146,00	R\$ 14.600,00
02	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 1M³	10	100	R\$ 139,05	R\$ 13.905,00
03	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 2,5M³	10	100	R\$ 168,72	R\$ 16.872,00
04	Recarga de Oxigênio Medicinal Cilindro 3M³	10	100	R\$ 156,94	R\$ 15.694,00

Justifica-se tal valor tendo em vista que, através de uma pesquisa realizada na forma do Decreto Municipal N° 6.871/2022 “Estabelece o Procedimento Administrativo para a realização de Pesquisa de Preços para aquisição de bens, contratação de



**COMPRAS**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Impressão: 19/06/2026

Hora: 15:57:44

---

serviços em geral e para contratação de Obras e Serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021”, em contratações semelhantes, foi possível verificar que o valor a ser contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

A metodologia utilizada para a obtenção do preço estimado foi a média dos valores praticados pelo mercado para contratos semelhantes, com base no Artigo 6º, § 1º do Decreto Municipal Nº 6.871/2022. Justifica-se tal metodologia por ajudar a identificar ofertas razoáveis e alinhadas ao mercado, contribuindo assim para um processo mais justo, equilibrado e eficiente, tanto para a Administração Pública quanto para os fornecedores.

**ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

09.01 10 0122 0280 2076 339030 00 00 00- Material de Consumo- 0500.1002.